

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2022

1. Informações gerais

FAROL OPERAÇÃO DE PORTOS SA, é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de sociedade anônima fechada, registrada no Brasil. O domicílio e endereço de sua sede central e principal local de operação é na Avenida Maestro João Nunes Avn Ana Jansen, nº 9, PVTO 3, Torre II sl, Bairro Ponta D Areia, São Luís – MA, CEP 64.077-355. Suas principais atividades são: Atividades do Operador Portuário; Armazéns Gerais – emissão de Warrant; Depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; Carga e Descarga e Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industrias não especificados anteriormente, sem operador.

2. Bases de elaboração e práticas contábeis

As demonstrações contábeis incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e as notas explicativas.

A entidade não possui nenhum item de outro resultado abrangente em nenhum dos períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas, motivo pelo qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.1. Declaração de Conformidade á ITG 1000

A administração da empresa declara, de forma explícita e sem reservas, a conformidade das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, além dos Princípios de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação brasileira.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$).

2.3. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

2.3.1. Prestação de serviços

A receita é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, mediante emissão de nota fiscal, usando o método linear de reconhecimento de receita.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

2.3.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.4. Tributo sobre o lucro

A tributação Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Lucro Real de forma trimestral, se dá mediante a apuração contábil dos resultados, com os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A pessoa jurídica, seja comercial ou civil o seu objeto, pagará o imposto à alíquota de 15% (quinze por cento) e Contribuição Social de 9% (nove por cento) sobre o lucro real, apurado de conformidade com o Regulamento.

A parcela do lucro real que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez por cento).

2.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear.

A administração realizou processo de revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado.

Nos estudos e análises preliminares realizados até o momento sobre a vida útil estimada dos bens, não foram identificadas diferenças significativas entre as vidas úteis utilizadas atualmente e as revisadas. Atualmente, as taxas de depreciação utilizadas, divulgadas em ato normativo da Receita Federal do Brasil, refletem a melhor estimativa da administração no momento, conforme seguinte tabela:

Bens	Prazo de vida útil em anos	Taxa de Depreciação
Terrenos	Indeterminada	0%
Edifícios	25	4%
Instalações	10	10%
Equipamentos para Processamento de Dados	5	20%
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Automóveis	5	20%
Motocicletas	4	25%
Caminhões	4	25%
Embarcações	20	5%

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques Custo Médio Ponderado.

2.8. Contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o

ciclo normal de operações da empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.9. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Empréstimos bancários e saldos a descoberto

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3. Receita

Receita	31/12/2022	22/02/2022
Receita de prestação de serviços a prazo (Interno)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00

3.1. Receitas Financeiras

Receita	31/12/2022	22/02/2022
Descontos Obtidos	R\$ 50,80	R\$ 0,00
Total	R\$ 50,80	R\$ 0,00

3.2. Receitas Operacionais Diversas

Receita	31/12/2022	22/02/2022
Outras Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00

4. Despesas financeiras

	31/12/2022	22/02/2022
Despesas Bancárias	(R\$ 564,50)	(R\$ 0,00)
Juros Pagos ou Incorridos	(R\$ 481,24)	(R\$ 0,00)
Multas Dedutíveis	(R\$ 278,61)	(R\$ 0,00)
Total	(R\$ 1.324,35)	(R\$ 0,00)

5. Despesa com Tributos

	31/12/2022	22/02/2022
Impostos e taxas Diversas	(R\$ 0,00)	(R\$ 0,00)
Diferencial de ICMS – Uso e Consumo/imobilizado	(R\$ 0,00)	(R\$ 0,00)
Total	(R\$ 0,00)	(R\$ 0,00)

6. Imobilizado

	31/12/2022			22/02/2022
	Custo de Aquisição	(-) Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos para processamento de Dados	R\$ 34.069,43	(R\$ 4.618,28)	R\$ 29.451,15	R\$ 29.451,15
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	R\$ 275.00000	(R\$ 0,00)	R\$ 275.000,00	R\$ 275.000,00
Total	R\$ 309.069,43	(R\$ 4.618,28)	R\$ 304.451,15	R\$ 304.451,15

7. Outras Obrigações a pagar

As contas a pagar em 31 de dezembro de 2022 incluem:

CONTAS A PAGAR	31/12/2022	22/02/2022
Honorários Contábeis a Pagar	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00

8. Capital Social

O capital social é de R\$ 250.000,00 (duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus, distribuídas entre os Acionistas conforme o quadro abaixo:

ACIONISTAS	AÇÕES	CAPITAL (R\$)
PUGLIA PARTICIPAÇÕES LTDA	125.000	R\$ 125.000,00
P&G LOGÍSTICA LTDA - ME	125.000	R\$ 125.000,00
TOTAL	250.000	R\$ 250.000,00

Descrição	31/12/2022	22/02/2022
AÇÕES	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Número de acionistas	2	2

9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2022	22/02/2022
Banco do Brasil	R\$ 43.054,14	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 43.054,14	R\$ 0,00

10. Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras incluem todos os eventos até a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, mesmo que esses eventos ocorram após o anúncio público de lucros ou de outra informação financeira.

De acordo com o disposto na Seção 32 do CPC/PME, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

11. Aprovação das demonstrações contábeis

A administração conclui que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.

Paranaguá – PR, 31 de dezembro de 2022.

CARLOS ROBERTO FRISOLI

Diretor

CPF: 628.031.587-87

EVERALDO BONSENHOR

Contador CRCPR-030686/O-4

CPF 584.987.969-20